

22 JUN 1993

É preciso acabar com calotes contra a União

Os estados não estão tão pobres assim, que não possam arcar com a responsabilidade de suas dívidas. Acontece que a última Constituição foi pródiga em retirar muitos impostos da área federal, distribuindo-os entre os estados e os municípios, deixando-os livres, entretanto, das responsabilidades correspondentes.

O aumento de arrecadação foi grande demais, e foi precisamente isto que fez com que municípios pobres passem a ter despesas com pessoal superiores a tudo que se pudesse imaginar, inclusive quanto aos vencimentos de prefeitos e vereadores.

Basta que se veja que, de 1989 a 1992, o crescimento da receita foi de quatro por cento para a União. Os estados, por sua vez, tiveram crescimento real de receita da ordem de 23 por cento, enquanto os municípios, os mais beneficiados pela Constituição, tiveram um aumento de 97 por cento.

Foi nesta hora que as prefeituras não souberam receber o ganho, e passaram a usar todo o dinheiro em aplicações no mais das vezes pouco produtivas, como aumento de salários de prefeitos, vereadores, e aumento de funcionários, em números impróprios à linha de probidade que as administrações deveriam apresentar.

Vendo-se por esse gráfico, fica fácil de entender que as reclamações são fora de propósito, e o Governo central deseja, agora, colocar a coisa em ordem, inclusive liquidando também seus débitos.

Em sendo assim, pode-se ver que muitos governadores estão querendo protelar as dívidas, sob a alegação de que não dispõem de arrecadação suficiente para honrar os débitos.

Se o ministro Fernando Henrique Cardoso não conseguir enquadrar essas dívidas, dificilmente o País poderá sair das dificuldades em que se encontra.